

A ARQUITETURA DOS EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS DE LAZER: O PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA NA MELHORIA DAS PRAÇAS PÚBLICAS.

Luziane Oliveira dos Santos

Luana O. G. Moreira

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 9º

Área de Pesquisa: Planejamento Urbano e Regional

RESUMO

O presente estudo propôs uma observação da importância do profissional arquiteto e urbanista na elaboração de projetos para praças públicas, visando o melhor aproveitamento e usabilidade das mesmas. Foram levantadas as principais características necessárias a uma praça, além de conceitos relacionados a sua história, caracterização e importância. A pesquisa, de caráter básico e abordagem qualitativa, teve a revisão bibliográfica como base metodológica inicial. Na sequência, para melhor compreensão do tema proposto, foram realizados estudos de caso buscando comparar as ideias encontradas no levantamento bibliográfico com sua aplicação nas cidades. As aplicações destes métodos auxiliaram no entendimento da relevância da elaboração de projetos de qualidade para as praças públicas. Pelo método de estudo de caso, foram analisadas duas praças, que, apesar dos diferentes contextos nos quais estão inseridas, permitiram uma comparação quanto à sua qualidade e usabilidade. Foi possível constatar que, apesar de serem espaços destinados à mesma função, apenas um atendeu às expectativas iniciais, tendo sido bem projetado e executado. Assim, pôde-se perceber não apenas a importância do profissional arquiteto e urbanista na elaboração destes espaços, como também os resultados negativos gerados como consequência de sua ausência. Viu-se que estes profissionais são os detentores dos conhecimentos técnicos, para que, de fato, as praças públicas exerçam sua função, propiciando a seus usuários um local voltado ao lazer, recreação e sociabilidade.

Palavras-chave: praça pública, profissional arquiteto e urbanista, indicadores de qualidade, importância, problemas.

1. INTRODUÇÃO

Considerada como um meio de lazer, a praça pública desempenha grandes funções no ambiente urbano, entre elas a integração da comunidade e a melhoria da qualidade ambiental, buscando propiciar para as pessoas um local de recreação, bem como qualidade de vida e socialização.

Macedo e Robba (2002) aduzem que as praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, devendo ser acessíveis aos cidadãos e livres de veículos; no tocante à arquitetura, deve ser pensada como um elemento essencial na composição urbana, além da obrigatoriedade em atender à sua função social. No mesmo sentido, Carneiro e Mesquita (2000) definem praças como espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

As condições de degradação em que se encontram muitas praças afastam-nas de sua função social. A ausência de áreas verdes na paisagem urbana, junto à deficiência destes espaços de convívio, provoca a redução da qualidade de vida no meio urbano. Assim, a problemática deste trabalho é dividida em duas partes: a necessidade de se projetar espaços com adequação às características físicas e ambientais, considerando os aspectos climáticos e ecossistêmicos, a vegetação, a acessibilidade e o mobiliário urbano; e as limitações para que esses empreendimentos sejam de fato construídos com a infraestrutura adequada, seja pela falta do profissional competente e/ou pelo pouco interesse do poder público em trabalhar políticas que favoreçam o acesso da população aos espaços públicos destinados ao lazer, trabalhando não somente na criação de novos espaços, mas também na preocupação da manutenção dos equipamentos e espaços já existentes.

Neste cenário, é inegável a importância de profissionais com habilidades e competências técnicas para elaboração, acompanhamento, execução e conclusão destes projetos. Assim, é indispensável que o profissional Arquiteto Urbanista seja o responsável por projetar estes espaços, pois são eles os detentores do conhecimento técnico especializado para produzir ambientes dentro das diretrizes esperadas para atendimento às demandas e necessidades públicas.

Hertzberger (1999) fala que o arquiteto pode contribuir para criação de um ambiente que ofereça muito mais oportunidades para que as pessoas deixem suas marcas e identificações pessoais, e que possa ser apropriado e anexado por todos como um lugar que realmente lhes pertença.

Salienta-se que o trabalho se justifica pela relevância de se fazer um projeto de qualidade que não desvalorize as relações de apropriação e pertencimento entre as pessoas e os espaços de lazer. Frisa-se a importância de se compreender a cidade e a vida das pessoas na sua rotina para que os espaços públicos a serem projetados retratem as necessidades e anseios dos seus usuários, preocupando-se, assim, com a estrutura ambiental, urbana e social.

A presente pesquisa tem o objetivo de compreender o conjunto de características necessárias a uma praça pública eficiente. Como objetivo específico, busca estudar a importância do profissional arquiteto na elaboração de projetos de qualidade para praças públicas, tornando-as atrativas, valorizando a paisagem urbana e planejando espaços bem estruturados, a fim de que estes lugares sejam promotores da vitalidade urbana.

2. A PRAÇA PÚBLICA: SURGIMENTO, CONCEITO, IMPORTÂNCIA E USABILIDADE.

2.1 Surgimento

De acordo com Macedo e Robba (2002), a ágora grega foi o espaço urbano tido como precursor das praças. A ágora era um espaço aberto, normalmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local para discussão e debate entre os cidadãos.

Segundo os autores, até meados do século XVIII os projetos de praças limitavam-se ao entorno dos palácios europeus, nem sempre inseridos no contexto urbano. Os espaços livres existentes nas cidades estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou ao entorno de igrejas e catedrais. Foi somente no século XIX que o desenho de praças entrou em cena, preconizado pelo trabalho de profissionais como Frederick Law Olmsted, responsável pelo projeto do Central Park de Nova Iorque.

Este espaço, desde suas primeiras configurações, utilizado por civilizações de distintas maneiras, nunca deixou de exercer a sua mais importante função: a de integração e sociabilidade. Considerando que praças são espaços abertos, públicos e urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, Macedo e Robba (2002) relatam que sua função primordial é a de aproximar e reunir as pessoas, seja por motivo cultural, econômico (comércio), político ou social. A praça é também um espaço dotado de símbolos que carrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação; palco de transformações históricas e socioculturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos.

No Brasil, as praças surgiram no período colonial e estavam integradas aos templos da Igreja Católica. Macedo e Robba (2002) descrevem que nesse período, eram utilizados espaços conhecidos como adro e largo, sendo estes os principais espaços de lazer. Manifestações religiosas, culturais e políticas ocorriam no adro da igreja e se expandiam até as ruas, como as procissões e grandes festejos, quermesses, leilões, jogos, danças etc. As praças coloniais brasileiras sempre permitiram que várias funções acontecessem no mesmo espaço, atividades sacras e profanas, civis e militares (MACEDO e ROBBA, 2002). Neste contexto,

Era ali que a população da cidade colonial manifestava a sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (ROBBA e MACEDO, 2002, p.22).

2.2 Conceito

As praças são unidades fundamentais para a vida urbana, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. Têm presença marcante na composição das cidades, levando-se em consideração sua diversidade e seus possíveis usos pela população, apresentando-se como importantes elementos, tanto históricos como culturais.

Segundo Lynch (1988), a praça é um dos elementos fixos que marcam concretamente as cidades como lugares que orientam o traçado do deslocamento dos fluxos. Espacialmente, é definida pela vegetação e outros elementos construídos. Neste sentido, de acordo com cada significado que a palavra praça pode assumir, Macedo e Robba (2002) indicam que estes espaços podem ser classificados em:

- **Praça Jardim:** espaços nos quais a contemplação das espécies vegetais, o contato com a natureza e a circulação são priorizados. Estes podem ser fechados por grades ou cercas, como o passeio público do Rio de Janeiro e de Curitiba, ou ainda podem ser abertos e rodeados de imóveis (comerciais e residenciais). No Brasil, o conceito de praça está normalmente associado à ideia de verde e de ajardinamento urbano e, por este motivo, os espaços públicos formados a partir do pátio das igrejas e dos mercados públicos são comumente chamados de adros ou largos.

Figura 1- Praça da Vitória Régia/SP



Fonte: Agência Brasil (2016)

- **Praça Seca:** largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres. Em algumas destas praças inexistente qualquer tipo de árvores ou jardins e nelas o importante é o espaço gerado pela arquitetura, e são as relações entre volumes do construído e do vazio que dão ao conjunto a escala humana. Nestes locais destacam-se símbolos arquitetônicos tais como a Praça de São Marcos em Veneza (Itália), a Praça de São Pedro em Roma (Itália) ressaltando a Basílica, a praça dos três Poderes em Brasília e o Memorial da América Latina em São Paulo.

Figura 2- Praça de São Marcos em Veneza



Fonte: Viajante Sem Fim (2019)

- Praça Azul: praças nas quais a água possui papel de destaque. Alguns belvederes e jardins de várzea possuem esta característica.

Figura 3- Praça da Liberdade/BH



Fonte: ABIH/ MG (2018)

- Praça Amarela: as praias em geral são consideradas praças amarelas.

Figura 4- Praça das Águas- Cabo Frio/RJ



Fonte: Divulgação/Secom Cabo Frio (2014)

2.3 Importância

As praças públicas detêm um dos mais importantes papéis no que tange a preservação e paisagismo do meio ambiente urbano. Devem, efetivamente, desempenhar sua função ecológica, estética e de lazer. Para isso, é necessário que sejam incorporadas nas políticas públicas e nos planos urbanísticos, sob um planejamento que contemple uma infraestrutura de qualidade e que, essencialmente, priorize pela segurança e o conforto da população nos momentos de socialização e lazer ao ar livre.

No que se refere à contribuição das praças públicas para o lazer e o meio ambiente urbano, Martins, Silva e Gomes (2014) discorrem sobre a importância das áreas verdes, ressaltando que são muito expressivas, uma vez que têm como papel fundamental a preservação do meio ambiente e a contribuição para com a melhoria da paisagem urbana. Os autores relatam ainda que:

As praças têm contribuído para o respeito ao meio ambiente e patrimônio histórico, além de auxiliar no controle da radiação solar, umidade do ar e ação dos ventos; amenizando assim a poluição do ar. Por isso, é de fundamental importância o envolvimento da comunidade (e dos indivíduos) no processo de desenho dos espaços públicos buscando-se um urbanismo ecológico como referência à conservação dos recursos naturais visto que esses atuam diretamente no controle do clima urbano (MARTINS; SILVA; GOMES, 2014, p. 5).

Enfatizando a importância da praça pública, Macedo e Robba (2002) a classificam em três categorias de acordo com seus aspectos principais, sendo eles: valores ambientais, valores funcionais e valores estéticos/simbólicos.

Inicialmente, os valores ambientais que dizem respeito ao espaço livre ocupado pelas praças permitem melhoria na aeração urbana e melhoria da insolação de áreas mais adensadas. As árvores por sua vez, promovem o sombreamento das ruas e seus canteiros não irradiam tanto calor como o asfalto ou piso de concreto, propiciando uma temperatura mais agradável. Ao mesmo tempo, a cobertura vegetal permite a melhoria na drenagem das águas pluviais e a proteção do solo contra a erosão.

Na sequência, tem-se os valores funcionais, que correspondem à importância que as praças têm como as principais, senão únicas, opções de lazer urbano público. Estas áreas servem como ponto de encontro, local para apreciação da paisagem, além de disporem, muitas vezes, de outros atrativos destinados ao lazer da população, tais como coretos para apresentações culturais, fontes de água, bancos para descanso, quiosques com vendas de lanches, aparelhos de ginástica, pistas de caminhada e ciclovias, parques para crianças, entre outros.

Por fim, os autores explicam que os valores estéticos/simbólicos se apresentam como objetos referenciais e cênicos da paisagem urbana; além de exercerem importante papel na identidade de um município, bairro ou rua. Geralmente relacionado à carga histórico-cultural, as praças são vistas e atuam como um espaço de diálogo, local acolhedor para o passeio e lazer de toda sociedade. Do ponto de vista estético, contribuem através das qualidades plásticas – cor, forma, textura – de cada uma das partes visíveis que as integram.

Diante dos pontos mencionados, observa-se que os benefícios trazidos pelas praças públicas provêm de sua contribuição tanto para a melhoria da paisagem urbana quanto dos aspectos psicológicos e físicos da população, proporcionados pelo contato com a área verde e/ou pelo uso do espaço para o convívio social.

2.4 Usabilidade

Macedo (2012) sugere uma classificação das praças brasileiras a partir de sua usabilidade (Quadro 1), considerando-as a partir de cinco atribuições, sendo elas: esportivas, recreativas, contemplativas, comerciais e mistas. Para tanto, são observadas as características que representam as atividades desempenhadas no espaço junto aos equipamentos disponíveis.

QUADRO 1- Tipologias de praças brasileiras.

FUNÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Esportivas	Principal característica é a prática de esporte, com predominância de quadras poliesportivas, equipamentos de ginástica e pistas para skatismo. Às vezes, com campo de futebol em menores proporções. É a de maior demanda nas comunidades.
Recreativas	Áreas urbanas arborizadas, tendo o playground ou brinquedos infantis como a principal característica. Também tem grande demanda nas comunidades.
Contemplativas	É a praça-jardim tradicional. Sua principal característica são os gramados, caminhos modestos e uma arborização pouco expressiva.
Comerciais	O uso é estritamente comercial, em geral, são quiosques e pequenas instalações para lojas de artesanato e comida. Tipo raro de praça, apesar dos quiosques serem elementos constantes nos outros tipos de praças.
Mistas	Apresenta um programa de atividades bastante diversificado, com brinquedos infantis, práticas esportivas, quiosques, bancas de jornal, jardins e até pequenos lagos e fontes. Parte significativa das praças contemporâneas apresenta essa função.

Fonte: Macedo (2012, p. 196-197), modificado pela autora.

Para Leitão (2002), as funções das praças dependem da apropriação do espaço pela população, tornando-se atrativas de acordo com suas áreas verdes, equipamentos urbanos, iluminação, monumentos, estátuas, bustos, quiosques, quadras e equipamentos esportivos. Elas são ricas em valores simbólicos e registram fatos urbanos na memória da cidade, podendo assumir as seguintes atribuições:

QUADRO 2- Funções de Praças

FUNÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Estar	Espaços que usados para jogar dominó, para conversar com amigos e para passar o tempo.
Descanso	espaços onde as pessoas param para descansar entre um e outro expediente e para proteger-se das variações climáticas.
Lazer	locais para os quais a população se desloca para se divertir e para desfrutar o tempo livre.
Esporte	locais destinados à prática de esportes.
Contemplação	espaços para desfrutar a paisagem.
Festa	onde acontecem celebrações populares tanto de caráter religioso quanto profano.
Estética	espaços que, graças à qualidade estética do projeto, permitem a diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade.
Educativa	praças que se oferecem como ambiente para desenvolvimento de atividades extra- classes e de programa de educação.

Fonte: Leitão (2002), modificado pela autora.

2.5 Problemas

As cidades brasileiras sofrem com a crônica falta de manutenção dos espaços livres públicos. A maioria das prefeituras trabalham com recursos escassos e os órgãos responsáveis contam com orçamentos limitados e mal distribuídos, não priorizando projetos elaborados e executados pelo profissional adequado, constantemente ligados por interesses políticos que permeiam as administrações públicas. Algumas prefeituras apenas mantêm as praças existentes de forma razoável para a utilização; outras não se preocupam em preservar sequer o mínimo necessário, e, em tentativa de chamar a atenção em final de mandato, reformam-nas depois de anos abandonadas (DENARDIN e SILVA, 2011).

Gomes e Martin (2017) relatam que estes problemas, somados à baixa qualidade dos projetos e à falta de condições das praças públicas enquanto áreas verdes, dão margem para questionamentos sobre a legitimidade e eficácia das políticas públicas de serviços urbanos prestados à população. Além disso, as praças passam a ser cada vez menos frequentadas pela população e passam a não desempenhar seu papel como agente da vitalidade urbana. Quanto mais descuidadas, mais a população desvaloriza, depositando resíduos e destruindo os equipamentos existentes.

Neste sentido, Rolnik (2009) adverte sobre a necessidade de implementação de políticas públicas e investimentos que possam restaurar a qualidade dos espaços da cidade, de modo que cumpram a sua multifuncionalidade. A arquiteta e urbanista afirma que um lazer incorporado à cidade, dentro do contexto público, é um grande instrumento de ante exclusão. Porém, para que se possa garantir a revitalização destes espaços, são necessários a percepção e o compromisso por parte das esferas responsáveis do governo, para que direcionam recursos para tais finalidades.

2.6 Indicadores de qualidade

De acordo com a ABCP- Soluções para Cidades (2013), a elaboração e o desenvolvimento de bons projetos de espaços públicos requerem o cumprimento de uma série de etapas, que vão desde a análise do entorno, do terreno e das necessidades da população envolvida até a escolha dos materiais a serem utilizados. Um projeto de qualidade determinará o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a sua execução e possibilitará a melhor relação de urbanidade entre os diferentes usos na cidade, proporcionando o aproveitamento amplo das instalações pelos usuários, que terão o privilégio de ocupar um espaço que lhes ofereça conforto, segurança, acessibilidade e prazer. Os pontos de análise de cada espaço público existente podem variar de acordo com a escala e com o tipo de atividade, entretanto há algumas características básicas para definir as condições de um espaço público, tais como:

- Análise do entorno: Analisar o entorno do espaço a ser projetado é ponto inicial para o desenvolvimento de um projeto de espaço público. A análise da área envoltória contempla a identificação de todas as interferências que podem impactar o novo espaço, positiva ou negativamente. Este levantamento é definitivo na implantação adequada do projeto e na sua integração com a cidade como um todo (Figura 5), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da região (ABCP, 2013).

Figura 5- Relação da Praça Manoel Bonito/ Araguari – MG com o entorno



Fonte: AMVAP (2019)

▪ **Mobiliário urbano:** Refere-se aos objetos que, no espaço público, destinam-se a oferecer comodidade e conforto aos ambientes, especialmente ao pedestre, permitindo um ambiente constituído e funcional (LEITÃO, 2002). A implantação do mobiliário urbano em um espaço público tem como função a melhoria do conforto das pessoas, além de marcar a identidade dos espaços. O mobiliário urbano, quando projetado especificamente para determinada localidade, deve receber projeto específico com detalhamento. O projeto de mobiliário pode incluir bancos, conjuntos de mesas e cadeiras, lixeiras, luminárias, brinquedos infantis, corrimãos, guarda-corpos etc. O desenho e a implantação dos diversos elementos não devem atuar como barreira para as áreas de circulação, devendo apresentar facilidade de manutenção e execução, bem como garantir o conforto e a adequação bioclimática, dando-se preferência para materiais resistentes e com inércia térmica (Figura 6).

Figura 6- Mobiliário na Praça do Mirandinha/Boa Vista-RO



Fonte: Secom/Prefeitura (2015)

▪ **Iluminação:** Segundo o COPEL (2012), a iluminação adequada de um espaço público pode fornecer segurança para a realização de atividades em diferentes horários e ainda substituir soluções remediadoras de segurança, como o uso de grades ou a presença de policiamento. Para isto, deve-se planejar os diferentes tipos de iluminação que compõem o espaço:

- Iluminação das vias adjacentes ao terreno: a iluminação pública deverá ser complementada, caso necessário.
- Iluminação dos ambientes internos: com posteamento mais baixo, de modo a ficar abaixo das copas das árvores.

- Iluminação direcionada: pelo uso de embutidos, balizadores e projetores sobre o paisagismo e a arquitetura, e para a demarcação de acessos nos pisos, caso necessário. O projeto executivo de iluminação deve conter a localização dos pontos de luz e seus raios de abrangência, além da descrição de cada tipo de iluminação, a listagem de materiais necessários (eletrodutos, caixas e fiação) e o respectivo quadro de forças.

Exemplificada na Figura 7 a praça possui uma iluminação agradável e de qualidade que ajuda garantir a segurança, a melhor visibilidade e bem-estar.

Figura 7- Praça Joãozinho Trinta/São Luís - MA



Fonte: Agência São Luís (2018)

▪ Mobilidade: Os acessos devem ser planejados em função das áreas de circulação e da setorização de atividades como um todo e, sobretudo, em função das relações estabelecidas com o espaço circundante. Alguns espaços públicos são totalmente acessíveis às ruas e calçadas, outros possuem canteiros ou equipamentos que delimitam e orientam o caminho a ser percorrido pelo usuário (Figura 8). A localização dos acessos está muitas vezes relacionada com os equipamentos situados na área envoltória, com o sistema viário no qual o espaço se insere e com a travessia de pedestres de uma rua para outra (ABCP, 2013).

Figura 8- Caminhos na Praça Park Lindoia/ São Sebastião, Porto Alegre - RS



Fonte: Garcia Imóveis (2018)

▪ Acessibilidade: Segundo a Norma Brasileira (NBR) 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a palavra acessibilidade é definida pela possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, transportes

e outros tipos de instalações abertos ao público, sendo de uso coletivo, por pessoas portadoras de alguma deficiência ou não (ABNT, 2015). São estabelecidas condições de acessibilidade, garantindo toda a circulação, utilizando-se, quando necessário, rampas com inclinação adequada e corrimãos, como alternativa ou complemento ao uso de escadas. Sempre que possível, os desníveis devem ser vencidos por suaves inclinações (de até 4%) ou, quando necessário, por rampas. Todos contornos dos canteiros devem possuir arremate de pedra com 5 cm de altura, servindo como guia de balizamento para o auxílio de deficientes visuais ao longo dos trajetos. Informações em braile devem estar presentes nos totens de sinalização, bebedouros e lixeiras. Demais equipamentos precisam contar com um desenho especial para atender todas as pessoas portadoras de necessidades especiais (ABNT, 2015). Nas Figuras 9 e 10, tem-se como exemplo duas praças acessíveis que oferecem mais condições de convivência e permanência.

Figura 9- Praça da Igreja São Sebastião/
Guamaré-RN



Fonte: Prefeitura de Guamaré (2016)

Figura 10- Praça Laurice Skaf
Zogheib/Bauru- SP



Fonte: Social Bauru (2019)

- **Arborização:** Segundo Cunha (2002), a vegetação urbana pode assumir distintas funções: atua sobre o clima, a qualidade do ar, o nível de ruídos e a paisagem, além de constituir refúgio à fauna remanescente na cidade. Além disso, tem efeito sobre a saúde física e psicológica dos seres humanos e valoriza áreas para convívio social, influenciando a formação da memória e patrimônio culturais além de se apresentar como um importante aspecto qualificador.

De acordo com o COPEL (2008), a escolha das plantas deve ser condizente com o clima e a função locais. Certas flores atraem insetos perigosos e algumas folhagens necessitam de atenção especial por acumularem água facilmente. Plantas que dão flores brancas atraem morcegos, portanto não devem ser utilizadas se a função da praça for receber pessoas à noite. Árvores com copas grandes proporcionam boa sombra às crianças brincando e aos que buscam uma caminhada, entretanto, se a praça contar com um espaço para banho de sol, árvores com copas pequenas arborizam e permitem maior entrada da luz.

Deve-se prestar atenção também à grama: há espécies que resistem mais ao pisoteio e respondem diferente de acordo com a intensidade do sol. É importante destacar que uma importante função da praça é arborizar uma parte da cidade e escoar a água da chuva; se for necessário cimentar uma parte do solo, há placas porosas que não impermeabilizam completamente o terreno, sem acumular poças (Figura 11).

Figura 11- Arborização e piso na Praça Luiza Távora/ Fortaleza - CE



Fonte: Agência Fato (2011)

3. A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL ARQUITETO E URBANISTA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PRAÇAS.

O arquiteto faz da cidade um problema pessoal, para o qual contribui empregando suas qualidades: a criatividade e imaginação, a capacidade de síntese e a visão abrangente dos problemas. Visa oferecer o método de trabalho, uma técnica de concepção e de comunicação de ideias em relação aos processos de construção (LAMAS, 2000).

Lamas (2000) afirma que o profissional arquiteto possui a habilidade e todo o conhecimento prático e histórico necessários capazes de trazer várias experiências do passado. Refere-se muito mais à competência do mesmo, do que a um somatório de disciplinas, no entanto há uma influência de questões socioeconômicas, que refletem profundamente em sua forma, pois a cidade melhora a partir de investimentos, mas essa não é consequência somente da economia, pois se houver alguns problemas, eles podem ser identificados e amenizados antecipadamente com um bom planejamento feito pela competência de um arquiteto e urbanista junto a uma equipe multidisciplinar.

Do ponto de vista da regulamentação da profissão, as conclusões do I Congresso Pan-Americano de Arquitetos (1940) estabeleceram definições sobre a figura do “arquiteto”. Muito embora a noção de “homem das artes”, típica da tradição *Beaux-Arts* não houvesse desaparecido por completo, novas perspectivas de atuação foram acopladas a ela. As conclusões oficiais desse primeiro evento dizem que o arquiteto é “o profissional que possui todos os conhecimentos jurídicos e econômicos necessários para projetar as obras de arquitetura e fazê-las executar sob sua direção” (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.14). O arquiteto é também o profissional habilitado para melhorar a estética das cidades, desenvolver a cultura geral, para obter um critério definido nas condições das vivendas, que tanto influenciam na saúde física e moral do povo, para assegurar a beleza, segurança e higiene de toda a espécie de edifícios (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940).

Todavia, tal noção foi ampliada na medida em que ficou explícita, dentre as determinações do congresso, a necessidade de ocorrer a “criação de cadeiras ou cursos de urbanismo nas escolas superiores de arquitetura assim como o ensino especializado da Arquitetura Paisagista”, sendo apontado ainda que “o Urbanismo, por sua importância, constitua tema obrigatório dos futuros congressos” (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.29).

O quarto Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado no Rio de Janeiro, introduziu com grande força a discussão sobre as “expressões nacionais da arte”,

comparado as formas de alcançar sua difusão em cada país do continente. Dessa forma, ficou clara a noção de que o arquiteto é o profissional dotado da capacidade de composição arquitetônica, completada por “conhecimentos históricos, técnicos e científicos” (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.27).

Sua importância está na habilidade desenvolvida no sentido de criar espaços adequados às várias atividades que os seres humanos realizam ao longo de suas vidas. Assim, o papel do arquiteto, pelo que foi descrito acima, é de grande relevância, pois ele tem uma formação única que o habilita a unir técnica, criatividade, funcionalidade e estética.

Não se pode negar a influência que os espaços bem projetados exercem sobre a melhoria do ser humano e de sua vida. Como dito, o profissional se qualifica na ciência de projeções arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas para a construção de espaços de qualidade; observando o local, o contexto político, social e econômico; assim como na especificação dos materiais utilizados na execução da obra, tendo sempre como finalidade trazer o conforto para o público alvo.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter básico e abordagem qualitativa, teve a revisão bibliográfica como base metodológica inicial. Na sequência, para melhor compreensão do tema proposto, foram realizados estudos de caso buscando comparar as ideias encontradas no levantamento bibliográfico com sua aplicação nas cidades.

Para atingir o objetivo geral proposto, foi realizada a comparação entre duas praças: a Praça Victor Civita e a Praça José Andrade da Costa. A seleção do objeto, partiu-se do pressuposto de que a Praça Victor Civita segundo pesquisas, apresentava aspectos valorativos que a configuravam como exemplo de praça que exerce sua função, sendo atrativa, tendo conforto e usabilidade; já a Praça José Andrade da Costa não exercia sua função como espaço público de lazer, não oferecendo a seus usuários conforto e segurança para permanência no local. Assim, buscou-se selecionar praças cujas características gerais fossem distintas.

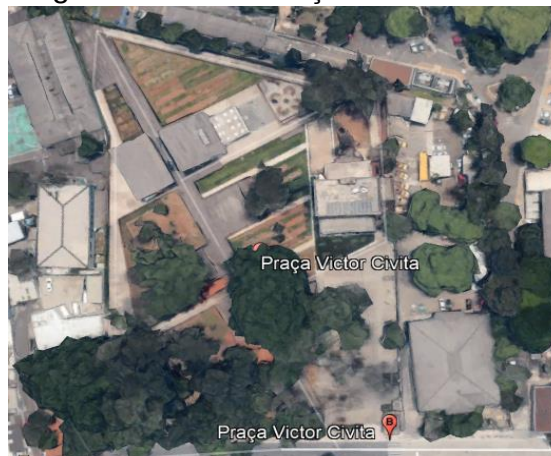
A partir dos estudos de caso foram feitas análises baseadas na literatura abordada, a fim de compreender a importância do profissional arquiteto urbanista na elaboração e execução de projetos que atendam às demandas e necessidades públicas, sejam elas arquitetônicas, paisagísticas ou ambientais.

5. ESTUDOS DE CASO- ANÁLISE COMPARATIVA

5.1 Praça Victor Civita - uma praça bem planejada

Localizada na cidade de São Paulo, no bairro de Pinheiros, uma área pública de 15 mil m². Foi inaugurada em novembro de 2008, como um projeto de revitalização de uma área ambientalmente degradada e insalubre, projetada em 2006/ 2007 pelas arquitetas Adriana Levisky e Anna Julia Dietzsch.

Figura 12- Imagem aérea da Praça Victor Civita- Pinheiros/ SP



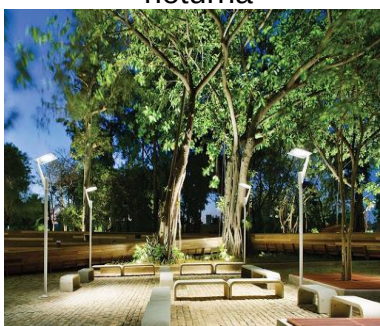
Fonte: Google Earth Pro (2020)

Entre os anos 1949 e 1989, o local funcionava como depósito de lixo e dispunha de um edifício de incineração de resíduos domiciliares e hospitalares. Após a desativação, o local passou a ser ocupado por cooperativas de reciclagem e catadores de lixo. Tratava-se de um local contaminado, onde seria impossibilitado o contato humano com o solo. Assim, as arquitetas conceberam o projeto de grandes decks elevados de madeira, garantindo que o usuário não tenha contato direto com as áreas contaminadas do solo (HELM,2011).

A Praça Victor Civita apresenta uma pluralidade de usos para os seus frequentadores, dispõe diversos subespaços que podem ser utilizados para várias finalidades. A mesma possui boa iluminação, que traz segurança e conforto para seus frequentadores (Figura 13); conta espaços destinados a atividade física e relaxamento (Figura 14 e 15); em relação aos seus mobiliários, pode-se observar que foram planejados para aquele local (Figura 16); apresenta muitos espaços sombreados (Figura 17), que tornam agradável a permanência de seus usuários, já que se trata de um local com clima quente a maior parte do ano. É importante ressaltar que a praça possui projeto sustentável com placas de energia solar, iluminação LED, sistema de reuso da água, entre outras.

Ela se constitui como um lugar para contemplação, entretenimento, sociabilidade e lazer. Conta com alguns elementos culturais (Figura 18), que remontam a história local, proporcionando uma conexão com a população do entorno, possibilitando uma sensação de pertencimento.

Figura 13- Iluminação noturna



Fonte: Estúdio Carlos (2009)

Figura 14- Usos diversos



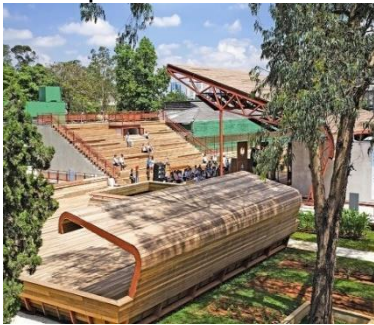
Fonte: Projeto Mulher(2009)

Figura 15- Mobiliário academia



Fonte: Lanfer Arq. (2011)

Figura 16 – Mobiliário personalizado



Fonte: Viva Decora (2019)

Figura 17 -Sombreamento natural



Fonte: SustentArq (2016)

Figura 18- Elemento cultural



Fonte: Nelson Kon(2009)

A parceria entre o poder público e a sociedade foi uma ferramenta capaz de alcançar excelentes resultados. Esta praça é um exemplo de impacto positivo que a coloca como modelo para a revitalização de tantas outras praças sem uma estrutura adequada física e ambiental, com condições oportunas que favoreçam o acesso da população ao convívio social.

O que a destaca das demais é a presença de um projeto de qualidade desenvolvido pelas profissionais arquitetas urbanistas que seguiram os critérios fundamentais observando todas as especificidades da área escolhida. Além de tais observações, elas ainda possuem as habilidades necessárias para trabalhar de maneira assertiva e eficaz onde todas etapas projetuais foram direcionadas ao problema que antes havia presente no local, trazendo, inclusive, as etapas de infraestrutura, sustentabilidade, acessibilidade, atração e arborização que compõem parte vital para o sucesso do projeto que visa, primordialmente, a qualidade de vida dos usuários e o melhor aproveitamento possível da área.

5.2 Praça José Andrade da Costa - uma praça sem planejamento

A partir do trabalho desenvolvido até aqui, pôde-se ressaltar as principais características para a qualificação de uma praça ideal, como citado anteriormente. Do mesmo modo, pode-se inferir como ineficientes as praças que não atendem aos principais requisitos e atributos elencados. Nestas praças, junto à falta de alguns ou de todos os elementos apontados, vê-se a falta de projeção adequada no que se diz respeito ao meio em que se inserem, às necessidades dos usuários e à atenção às características ambientais determinantes.

Pode-se citar como exemplo a Praça José Andrade da Costa, localizada na cidade de Manhuaçu-MG, no bairro Alfa Sul que foi construída seguindo a declividade da rua sem maiores cuidados no seu planejamento. Não foram encontrados registros junto à secretaria responsável, que apontem o responsável pelo projeto da praça.

Figura 19- Imagem aérea da Praça José Andrade da Costa- Manhuaçu /MG



Fonte: Google Earth Pro (2020)

A mesma funciona como local de passagem e se encontra em estado inapropriado para o uso, pois não possui equipamentos e nem as mínimas condições para a prática de lazer. É perceptível a falta de planejamento da mesma, que foi construída em declive (Figura 20) sem levar em conta a necessidade de acessibilidade. Os bancos, em sua maioria, estão voltados para rua (Figura 21) fazendo com que os usuários deem as costas para a praça em questão; as árvores não proporcionam o sombreamento adequado (Figura 22); os caminhos são orgânicos e alguns não dão a lugar nenhum (Figura 23 e 24); e a iluminação é precária (Figura 25), o que não oferece segurança e conforto aos usuários em todos os períodos do dia.

Figura 20- Praça em declive



Fonte: Acervo pessoal (2020)

Figura 21- Mobiliário



Fonte: Acervo pessoal (2020)

Figura 22- Sombreamento natural



Fonte: Acervo pessoal (2020)

Figura 23- Caminhos irregulares



Fonte: Acervo pessoal (2020)

Figura 24- Caminhos irregulares



Fonte: Acervo pessoal (2020)

Figura 25- Iluminação noturna



Fonte: Acervo pessoal (2020)

Pela ausência de infraestrutura básica, com poucos recursos para o descanso, iluminação limitada e a ausência de um espaço público destinado à recreação e uso diversificado da população, percebe-se que ela se resume em um local de passagem, não sendo atrativa para a população.

A praça é pequena, com muitas limitações, entretanto possui potencial para se tornar uma boa praça, em decorrência da necessidade da população do entorno e das áreas nela existentes, passíveis de uma requalificação que atenda alguns dos requisitos apontados anteriormente nesta pesquisa. Necessita de um bom projeto, que estabeleça uma ligação de qualidade com seus usuários, atendendo suas necessidades, de acordo com as particularidades do local onde se insere – sendo ele um bairro residencial, com a presença próxima de escolas, igrejas e pequenos comércios. A praça pode tornar-se um ambiente agradável e atrativo, com possibilidade de convívio social para os usuários, contribuindo para a vitalidade urbana.

6. CONCLUSÃO

O objetivo inicial foi estudar a importância do profissional arquiteto e urbanista na elaboração de projetos de qualidade para praças públicas, tornando-as atrativas, valorizando a paisagem urbana e planejando espaços bem estruturados. Foi importante, então, saber quais atividades de sociabilidade e lazer são relevantes para que as pessoas passem a utilizar tais espaços. Para que isto fosse possível, contou-se com o desenvolvimento das etapas de revisão bibliográfica a respeito da função, usabilidade, conceitos e importância das praças.

Foram pontuados os indicadores de qualidade como analisar o entorno, mobiliário urbano adequado, iluminação eficiente, mobilidade, acessibilidade e arborização; os principais problemas encontrados nas praças públicas. Problemas estes que podem ser evidenciados pela falta de planejamento, principalmente no que diz respeito à diversidade de mobiliários atrativos, à manutenção e à utilização do espaço. Observou-se que hoje, infelizmente, estes espaços, em sua maioria, apresentam um descuido que reflete o descaso das autoridades públicas e a falta de projeto de adequado. Sendo mal geridos e conservados, esses espaços públicos têm se tornado até mesmo um perigo à população.

Como resultado do estudo de caso comparativo, observou-se uma diferença relevante de qualidade e usabilidade entre a Praça Victor Civita e a Praça José Andrade da Costa, faz-se necessário pontuar que são praças distintas quanto ao seu tamanho e perfil da localidade às quais se inserem. Entretanto, apesar das diferenças de escala e contexto, toda praça deve exercer sua função como lugar de: sociabilidade, de atividades esportivas, manifestações culturais, dentre outros, que potencializam diferentes usos e funções, indicando a vitalidade deste espaço.

Diante do exposto, destaca-se aspectos valorativos da Praça Victor Civita que a configuram como exemplo de praça que exerce sua função, sendo atrativa, tendo conforto e usabilidade; já a Praça José Andrade da Costa, não exerce sua função como espaço público de lazer, não oferecendo a seus usuários conforto e segurança para permanência no local. Deste modo, destaca-se que a qualidade dos espaços públicos não está apenas ligada a uma boa execução técnica, é necessário que esteja inserido no local adequado, para o público certo, com apoio de políticas públicas que busquem melhorias, para que a população possa usufruir de fato destes espaços.

Salienta-se que o papel desempenhado pelo profissional arquiteto e urbanista é indispensável para projetar praças públicas com excelência, pois são eles, de fato, qualificados para produzir ambientes de uso público com qualidade, seja, arquitetônica, paisagística ou ambiental. É imperativo que elas se tornem um ambiente sadio, de descanso e contato com a natureza; proporcionando maior sociabilidade, gerando qualidade de vida para a população e dinamizando sua utilização.

A pesquisa aqui desenvolvida possibilitou, por fim, a identificação de premissas, métodos e ferramentas que potencializam o papel do arquiteto e urbanista como responsável pela produção de praças públicas, além de ser um agente que capta os anseios de uma sociedade. Por isso exige dele dedicação em lidar com os desafios em projetar e reorganizar os espaços com responsabilidade social para que produza obras públicas que atendam os anseios e necessidades da sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABCP. **Manual de espaços públicos- Soluções para cidades. 2013.** Disponível em:<<http://www.solucoesparacidades.com.br/wpcontent/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.
2. ATIQUE, Fernando. **Articulações Profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o amadurecimento de uma profissão no Brasil, 1920-1940.** Disponível em:< <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635291>>. Acesso em: 23 de abr. 2020.
3. CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
4. COPEL. **Arborização de vias públicas. Guia para os municípios. 2008.** Disponível em:<https://www.copel.com/hpcopel/guia_arb/>. Acesso em: 23 de abr. 2020.
5. COPEL. **Manual de iluminação pública. 2012.** Disponível em:<https://hosting.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/Ilumina%E7%E3o%20P%FAblica/Manuais/manual_de_iluminacao_publica_copel_companhia_paranaense_de_energia.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.
6. DENARDIN, Vanessa Cibele Cauzzo; SILVA Adriana Pisoni da. **Praças urbanas como espaços para o turismo e lazer um estudo preliminar na Praça General Osório na cidade de Santa Maria/ RS. 2011.** Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/06_pracas_urbanas.pdf> Acesso em 18 de abr. 2020.
7. GOMES, Maria Rosângela; MARTIN, Encarnita Salas. **Degradação das praças públicas e os fatores de riscos para a população: exemplos para a cidade de Natal/RN. 2017.** Disponível em: < [file:///C:/Users/USER/Downloads/13803-53169-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/13803-53169-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2020.

8. HELM Joanna. **Praça Victor Civita / Levisky Arquitetos e Anna Julia Dietzsch.** 09 Dez 2011. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>. Acesso em: 27 Jun 2020.
9. HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999
10. LEITÃO, Lúcia (Org.). **As praças que a gente quer:** manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Prefeitura Municipal, 2002.
11. MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo brasileiro na virada do século 1990-2010.** 1. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
12. MARTINS, Gisele Aparecida Ferreira; SILVA, José Gehilson da; GOMES, Gislaine de Oliveira. **A função das praças públicas no meio ambiente urbano: o caso da praça esportiva Belmar Fidalgo de Campo Grande – MS.** Revista Fiep Bulletin. Foz do Iguaçu, v. 84. 2014. Disponível em: www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/download/4595/8989. Acesso em: 20 abr. 2020.
13. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004.** Rio de Janeiro, 2015. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR9050.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.
14. OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer.** Ambiente Construído. Porto Alegre, v. 7, n. p. 59-69, abr./jun. 2007. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/download/3737/2090. Acesso em: 21 mar. 2020.
15. PRAÇAS. **Entenda a importância da praça para as questões urbanas, os simples benefícios que elas podem trazer e como fazer a diferença nas praças do seu bairro.** 2017. Disponível em: <https://www.pracas.com.br/blog/5-beneficios-importantes-que-as-pracas-oferecem>. Acesso em: 1 abr. 2020.
16. REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO. Rio de Janeiro, **Instituto de Arquitetos do Brasil, 1940,** a. V, mar-abr. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635291>. Acesso em: 23 de abr. 2020.
17. ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado, 2002.
18. ROLNIK, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano.** 2009. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.